



COMUNICADO DE IMPRENSA

Para: Governos e negociadores, meios de comunicação social e sociedade civil,

COP26: ADOPTAR A AGROECOLOGIA CAMPONESA PARA CONSEGUIR JUSTIÇA CLIMÁTICA E MANTER OS MERCADOS DE CARBONO FORA DO ACORDO DE PARIS

Enquanto COP26, tem lugar, em Glasgow de 1 a 12 de Novembro de 2021, nós, La Via Campesina Southern and Eastern Africa (LVC SEAf), unimos as mãos com outros movimentos e aliados a nível regional, continental e global para exigir a integração da agroecologia camponesa e a soberania alimentar pilares-chave para uma transição justa, e para manter as falsas soluções fora do Acordo de Paris.

A COP26 é a primeira vez que o Acordo de Paris será reexaminado e os países terão de mostrar como cumpriram os seus objectivos nacionais. Acreditamos que a COP deste ano é uma última oportunidade para manter vivas as esperanças de limitar o aquecimento a 1,5°C. Ao ritmo actual das emissões a nível mundial, a iniciativa de ludibriar os mercados voluntários de carbono nas regras do Acordo de Paris, mercados não responsáveis e regras pouco rígidas, inexistência de infra-estruturas regulamentares e burocráticas em muitos países, temos de exigir aos países ricos que deixem de fugir às suas responsabilidades históricas e ajudem agora a reduzir drasticamente as emissões na sua fonte. Os actuais compromissos assumidos pelas Partes no âmbito do Acordo de Paris já nos colocam no caminho para um aquecimento desastroso de 3-5 graus.

As regras internacionais para os mercados de carbono são um item chave na mesa de negociações em Glasgow, e ao abrigo do Artigo 6 vemos os mercados de carbono, "net zero", "soluções baseadas na natureza/na natureza", a

agricultura inteligente do clima, e outras soluções falsas a fazer parte do acordo de Paris este ano.

Os sub-articles 6.2 e 6.4 enfraqueceriam ainda mais os planos nacionais (já débeis) dos países ricos, e dariam a esses governos o acesso para continuarem a poluir. Isto, por sua vez, colocaria um fardo maior sobre os países em desenvolvimento, especialmente os países africanos, para implementar actividades de compensação e revogaria o seu direito a uma quota-parte justa do espaço atmosférico. Isto irá inevitavelmente prender-nos a um aumento ainda maior das emissões, ao aumento da temperatura, à continuação do uso de combustíveis fósseis e a décadas de inacção, distração, e ao aumento do poder das empresas.

As falhas e lacunas intrínsecas dos mercados de carbono, esquemas de limitação e comércio de emissões tornaram impossível tornar estes esquemas baseados no mercado impraticáveis, e não conseguiram reduzir as emissões ou produzir uma verdadeira acção climática. A queima de carbono de combustíveis fósseis numa parte do mundo não pode ser "compensada" através da compensação do carbono dos ciclos naturais de carbono terrestre noutra lugar - não é assim que os ecossistemas funcionam.

Tem-se revelado quase impossível detectar se os projectos de compensação tiveram realmente lugar, e quanto carbono foi realmente compensado. Isto tem incentivado a fraude. A contabilidade criativa pode fazer as coisas parecerem bem no papel, mas não podemos negociar com a ciência. Em vez de reduzir as emissões, o comércio de carbono aumenta-as.

O legado dos esquemas de compensação de carbono até agora tem incluído crimes ambientais, conflitos, abusos empresariais, deslocalização forçada e ameaças à soberania alimentar e genocídio cultural, particularmente para os povos indígenas, pequenos agricultores, habitantes das florestas, jovens, mulheres e pessoas de cor. Os esquemas de compensação de carbono são responsáveis pelas atrocidades infligidas às populações vulneráveis em todo o mundo, e rejeitamo-los como uma forma de colonialismo climático.

Se for aprovada uma resolução sobre o Artigo 6, e os mercados de carbono se tornarem uma parte significativa dos esforços de um país para implementar as suas Contribuições Determinadas a Nível Nacional (NDC), a maioria dos governos será forçada a ceder o controlo de grande parte da sua política climática nacional a esquemas de falsas soluções liderados pelas empresas. A captura corporativa das nossas instituições democráticas de tomada de decisões (tais como os nossos governos e a UNFCCC), secunda soluções

credíveis e lideradas pelas pessoas em favor de interesses corporativos destruidores do planeta.

A pandemia de COVID-19 fez brilhar uma luz sobre os laços íntimos e delicados entre os seres humanos, e o nosso ambiente. As mesmas escolhas insustentáveis que estão a matar o nosso planeta estão a matar pessoas. LVC SEAf apela a todos os países a comprometerem-se a uma acção decisiva na COP26 para limitar o aquecimento global a 1,5°C - não só porque é a coisa certa a fazer, mas também porque é do nosso próprio interesse.

Exigimos que os países ricos deixem de se furtarem às suas responsabilidades, e que todas as Partes se comprometam com a sua quota-parte justa do esforço climático. Exigimos soluções que proporcionem reduções de emissões na fonte e nos conduzam a um mundo mais justo e equitativo. Exigimos financiamento público real, adicional, dos países ricos para que os países em desenvolvimento possam transitar para sistemas energéticos justos, adaptar-se aos impactos climáticos, e ser compensados por perdas e danos irreparáveis, tal como estipulado no artigo 6.6. O artigo 6.8 discute as abordagens não mercantis.

Também exigimos dos nossos próprios governos que os processos de política pública relativos ao clima respeitem o princípio do consentimento livre, prévio e informado, e integrem mecanismos de transparência pública e democracia, tal como esboçado na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses (UNDROP).

Ao celebrarmos 25 anos de Soberania Alimentar, os acordos na COP26 estão longe de garantir um sistema alimentar que alimente as pessoas, de forma sensível aos diferentes tipos de alimentos, às condições da sua produção e à relação entre este alimento e os processos de produção com o trabalho, com o ambiente, e com as comunidades locais e indígenas. Chegámos à conclusão de que a agroecologia camponesa é um pilar fundamental da transição, e que as soluções baseadas no mercado NÃO irão proporcionar justiça climática. Com base na nossa própria experiência camponesa, dizemos que a Agroecologia Camponesa Alcança a Justiça Climática!

Hoje, 5 de Novembro de 2021, aproveitamos esta oportunidade para todos lançar a AGROECOLOGIA CAMPANHEIRA ACHIEVES A JUSTIÇA CLIMÁTICA WEB-DOC. O lançamento desta ferramenta de educação popular digital faz parte do LVC SEAf Agroecologia Camponesa Atinge a Justiça Climática. Convidamo-lo a juntar-se ao movimento de justiça climática e a experimentar esta abordagem inovadora, integrando tecnologias digitais, arte e design regional, e educação popular camponesa. Esta ferramenta foi desenvolvida

para ser utilizada tanto por indivíduos como por organizações, da LVC SEAf e não só, e está disponível [aqui](#). Convidamo-lo também a manter-se ligado a este espaço, uma vez que novas melhorias e materiais continuarão a ser integrados na ferramenta.

NÃO aos Mercados de Carbono!

NÃO às Soluções Falsas e Distracções Perigosas!

NÃO ao Colonialismo Climático! NÃO ao Poder Empresarial e à Impunidade!

COP26: Real, Acção Equitativa Agora!

GLOBALIZEM A LUTA, GLOBALIZEM A ESPERANÇA!

A Agroecologia Camponesa Alcança a Justiça Climática!